LEI Nº 1578/2010.

Institui o Programa Social Municipal de Profissionalização de Adolescentes, assim como autoriza a Administração Pública realizar a contratação de aprendizes na forma desta lei, e da outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu, **ALBARI GUIMORVAM FONSECA DOS SANTOS**, sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

DO PROGRAMA SOCIAL MUNICIPAL DE PROFISSIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

Capítulo I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º. Fica instituído no Município de Mangueirinha o Programa Social Municipal de Profissionalização de Adolescentes na condição de Aprendiz, podendo o Executivo firmar parceria com as entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, nos termos do artigo 8º do Decreto federal nº 5.598/2005 para realização do programa.

Parágrafo único. As entidades mencionadas neste artigo deverão cadastrar seus cursos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Ministério do Trabalho e Emprego, assim como manter suas turmas e aprendizes matriculados em cadastro criado para essa finalidade no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 2º. O Programa Social Municipal de Profissionalização de Adolescentes na condição de Aprendiz tem por objetivos:

I – criar oportunidade de ingresso do adolescente em condição de vulnerabilidade social e/ou em conflito com a lei no mercado de trabalho, através do desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e das atitudes, desenvolvendo o senso de responsabilidade e iniciativa através da consciência de seus direitos e deveres enquanto cidadão, bem como de valores éticos;

II – propiciar aos adolescentes em condição de vulnerabilidade social e/ou em conflito com a lei condições para exercer uma iniciação profissional na área de serviços administrativos;

III – disponibilizar àqueles que possuem a obrigação legal de contratar aprendizes a parte teórica do Programa de Aprendizagem Profissional de maneira gratuita, no próprio Município de Manguoeirinha, a fim de estimular a contratação destes adolescentes e a inclusão no programa, bem como fomentar naqueles que não possuem a obrigação legal de contratar o interesse na contratação como forma de estarem contribuindo para inserção dos jovens no mercado de trabalho formal do nosso Município;

IV – garantir a continuidade ao processo de formação do adolescente iniciado com o cumprimento das medidas sócio-educativas, através da inclusão destes adolescentes no Programa Social Municipal de Profissionalização de Adolescentes na modalidade de Aprendizagem;

V – Valorizar a escolaridade, bem como a busca constante de novos conhecimentos através de atividades práticas que os estimulem;

VI – Proporcionar aos adolescentes condições efetivas para exercer uma ocupação profissional, desenvolvendo suas aptidões físicas, morais e intelectuais, nos termos da lei.

Art. 3º. A aprendizagem regulada nesta Lei constitui-se em ação prioritária no Âmbito dos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais do município.

Art. 4º. Este programa atenderá a demanda oferecida pela própria Administração Pública Municipal, assim como das empresas que estejam na obrigação legal de contratar os aprendizes e matriculá-los no curso teórico

profissionalizante, e também naquelas empresas que voluntariamente desejem contratar aprendizes na forma desta lei.

Parágrafo único: As empresas privadas que realizarem a contratação de aprendizes observarão a legislação própria (Lei nº 10.097/2001 regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005), facultando-lhes a adesão ao Programa de Aprendizagem de que trata esta lei.

Art. 5º. Para concretização deste Programa a Administração Pública Municipal, além de realizar a parceria de que trata o artigo 1º desta Lei, contará com todo apoio dos profissionais do Departamento de Assistência Social do Município, que ficará encarregado das ações que se fizerem necessárias para o andamento do programa.

Capítulo II

DAS RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 6º. São atribuições do Município de Mangueirinha para a efetiva realização do Programa Social Municipal de Aprendizagem:

I - promover licitação para contratação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica para ministrar as aulas teóricas;

II – promover teste seletivo simplificado para seleção dos aprendizes a serem contratados pela Administração Pública Municipal;

III – disponibilizar, se necessário for, a infra-estrutura física e os materiais didáticos necessários aos professores e aprendizes;

IV – disponibilizar assistente social, orientador educacional, pedagogo e psicólogo para acompanhamento dos adolescentes durante o programa de aprendizagem;

V – fornecer alimentação e transporte para os aprendizes, quando necessário;

VI – garantir verba suficiente para implementação do Programa Social Municipal de Profissionalização de adolescentes na condição de aprendiz.

Art. 7º. São atribuições do Departamento de Assistência Social, entre outras:

I – acompanhar o desenvolvimento do Programa Social Municipal de Profissionalização de adolescentes;

II – realizar acompanhamento do aprendiz no programa (parte teórica e prática), assim como no âmbito familiar e escolar;

III – realizar campanhas de divulgação do Programa Social Municipal de Aprendizagem Profissional, visando aumentar cada vez mais o número de adolescentes a serem inseridos no mercado de trabalho formal;

IV – designar algum profissional para ficar responsável pelo programa dentro do Departamento de Assistência Social;

V – formular diagnóstico de todas as crianças e adolescentes que estão desenvolvendo algum tipo de trabalho no Município;

VI – empenhar esforços para o resgate de todas as crianças que trabalham ou exerçam atividade remunerada, prostituição infantil, usuário de substância entorpecentes e demais situações de riscos, com abordagem no âmbito familiar, através de assistentes sociais, psicólogos, conselheiros tutelares e demais entidades que se dispuserem a colaborar com o Programa;

VII – promoção de campanhas acerca da proibição da exploração do trabalho infantil, prostituição infantil e dos males causados à saúde em virtude do uso de drogas lícitas e ilícitas;

VIII – promoção de campanha junto a sociedade para que esta denuncie ao Conselho Tutelar os casos de crianças que se encontram em situação de trabalho infantil.

Art. 8º. São atribuições das empresas e também da Administração Pública Municipal na condição de contratantes dos aprendizes, entre outras:

I – registrar o Contrato de Aprendizagem na Carteira de Trabalho e Previdência Social, responsabilizando-se pelas obrigações sociais,

previdenciárias e trabalhistas pertinentes ao contrato de aprendizagem, inclusive, com o fornecimento de vale transporte e vale alimentação quando for o caso;

II – integrar o menor aprendiz ao ambiente da aprendizagem prática;

III – elaborar e orientar a rotina de atividades do aprendiz no ambiente de trabalho;

IV – acompanhar o estudo dos módulos e das atividades práticas incentivando, tirando dúvidas, dando suporte para a efetiva aprendizagem;

V – estabelecer um relacionamento que permita transparência, crescimento e desenvolvimento das aptidões e habilidades do menor aprendiz;

VI – agendar exame médio no início e ao término do contrato de aprendizagem profissional;

VII – encaminhar para a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica relatório de freqüência do aprendiz, devendo informar imediatamente os casos de faltas reiteradas.

Art. 9º. Caberá a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica contratada:

I – realizar o acompanhamento pedagógico através de profissionais qualificados;

II – realizar, quando necessário, a capacitação metódica dos docentes;

III – controlar o desenvolvimento do Programa Social Municipal de Profissionalização de Adolescentes, mantendo atualizado todas as informações necessárias no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego;

IV – orientar, acompanhar e avaliar o aprendiz durante toda atividade teórica;

V – encaminhar periodicamente os relatórios que se fizerem necessários aos órgãos fiscalizadores;

VI – Supervisionar a aprendizagem e avaliar o desempenho do aprendiz por meio de entrevistas, reuniões e visitas ao local de trabalho.

Capítulo III

DA CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES QUALIFICADAS EM FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL METÓDICA

Art. 10. A contratação de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica pela Administração Pública, nos termos desta lei, observará os termos da legislação que rege as licitações e contratos administrativos.

§ 1º. Para habilitar-se no certame licitatório a que se refere o caput deste artigo, a entidade deverá estar cadastrada e obter validação do curso de aprendizagem junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2º. A seleção dos aprendizes pelas entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica para atender demanda da Administração Pública Municipal será realizada mediante processo seletivo simplificado, que levará em consideração os conhecimentos mínimos necessários para o desempenho das ocupações definidas nos programas de aprendizagem, além de adotar critérios baseados em aspectos socioeconômicos e culturais, com mecanismos que garantam a participação majoritária de adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica e também daqueles que se encontram em conflito com a lei.

§ 3º. Será obrigatória a frequência no ensino fundamental ou médio e nos programas de educação de jovens e adultos quando o aprendiz não tiver concluído a educação básica.

§ 4º. A aferição da escolaridade ou do nível de cognição do aprendiz com deficiência intelectual deverá observar os limites impostos pela deficiência.

§ 5º. Serão assegurados ao aprendiz com deficiência ambientes acessíveis e auxílio técnico necessário ao bom desempenho de suas atividades.

Capítulo IV

DO PÚBLICO ALVO

Art. 11. Para fins desta lei, aprendiz é o maior de 14 (quatorze) anos e menor de 18 (dezoito), que celebra contrato de aprendizagem.

§ 1º. O público alvo deste programa deve ser formado por adolescentes que estejam na condição de vulnerabilidade social e/ou em conflito com a lei, e que preencham, preferencialmente, os seguintes critérios:

I – ter concluído ou estar cursando na rede pública municipal ou estadual o Ensino Fundamental (regular, supletivo ou especial) ou ser bolsista integral da rede privada de Ensino Fundamental (regular, supletivo ou especial);

II – não manter qualquer tipo de vínculo empregatício ou de prestação de serviço formal;

III – comprovar residência no Município;

IV – ter renda familiar “per capita” de até um salário mínimo.

§ 2º. A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica aos aprendizes portadores de deficiência, os quais deverão frequentar programas específicos de acordo com o nível da deficiência.

Capítulo VI

DO CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE APRENDIZAGEM

Art. 12. Aos aprendizes que concluírem os programas de aprendizagem com aproveitamento, será concedido pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica o certificado de qualificação profissional.

Parágrafo único: O certificado de qualificação profissional deverá enunciar o título e o perfil profissional para a ocupação na qual o aprendiz foi qualificado.

Capítulo VII DA IDENTIFICAÇÃO

Art. 13. No exercício das atividades práticas e teóricas o aprendiz deverá portar em local visível crachá com a identificação "PROGRAMA SOCIAL MUNICIPAL DE PROFISSIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES NA MODALIDADE DE APRENDIZAGEM", seguida do nome do adolescente e foto para identificação.

TÍTULO II DA CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Capítulo I DAS VAGAS

Art. 14. Ficam criadas no Poder Executivo do Município de Mangueirinha 35 (trinta e cinco) vagas de auxiliar administrativo-aprendiz para o exercício do Programa Municipal de Aprendizagem.

§ 1º. O número de vagas oferecidas pelo Poder Executivo no caput deste artigo poderá sofrer alterações tendo em vista o percentual mínimo de 5% e máximo de 10% sobre o número de cargos públicos efetivamente providos.

§ 2º. No cálculo da percentagem de que trata o § 1º deste artigo, as frações de unidade darão lugar à admissão de um aprendiz.

§ 3º. Ficam excluídas do cálculo previsto no § 1º deste artigo as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, assim como os empregados que executem os serviços prestados sob o regime de trabalho temporário, bem como os aprendizes já contratados.

§ 4º. Deverão ser incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos.

Capítulo II

DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM

Art. 15. O contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a 2 (dois) anos, em que a Administração Pública se compromete a assegurar ao aprendiz inscrito no programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Parágrafo único. Para fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

Art. 16. A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Capítulo III

DA FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL METÓDICA

Art. 17. Entendem-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º do Decreto 5.598/2005.

Art. 18. A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

- I – garantia de acesso e freqüência ao ensino fundamental;
- II – horário especial para o exercício das atividades;
- III – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a 18 (dezoito) anos de idade é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 19. A execução das atividades teóricas e práticas deverá observar o programa de aprendizagem.

Secção I

Das atividades Teóricas e Práticas

Art. 20. As aulas teóricas do programa de aprendizagem devem ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino, e com meios didáticos apropriados.

§ 1º. As aulas teóricas podem se dar sob forma de aulas demonstrativas no ambiente de trabalho, hipótese em que é vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, ferramentas, instrumentos e assemelhados.

§ 2º. É vedado ao responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem cometer ao aprendiz atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem.

Art. 21. As atividades práticas deverão ocorrer nas dependências da Prefeitura Municipal de Mangueirinha ocasião em que será designado um responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, em conformidade com o programa de aprendizagem.

§ 1º. A entidade responsável pelo programa de aprendizagem fornecerá aos empregadores e ao Ministério do Trabalho e Emprego, quando solicitado, cópia do projeto pedagógico do programa.

§ 2º. Nenhuma atividade prática poderá ser desenvolvida no estabelecimento em desacordo com as disposições do programa de aprendizagem.

Capítulo IV

DA ESPÉCIE DA CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ

Art. 22. A contratação do aprendiz deverá ser realizada diretamente pela Administração Pública Municipal, a qual assumirá a condição de empregadora, devendo matricular o aprendiz em programa de aprendizagem a ser ministrado pelas entidades indicadas no art. 1º desta Lei, assim como

proceder ao registro e à assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Capítulo V

DOS DIREITOS TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Seção I

Da Remuneração

Art. 23. Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário-mínimo hora.

§ 1º. Entende-se por condição mais favorável aquela fixada no contrato de aprendizagem onde se especifique o salário mais favorável ao aprendiz.

§ 2º. Para o cálculo do valor do salário-mínimo hora do aprendiz deverá ser levado em consideração o tempo destinado para as atividades práticas somado ao tempo destinado as atividades teóricas, de acordo com os artigos 22 e 23 desta Lei.

Seção II

Da Jornada

Art. 24. A jornada de trabalho do aprendiz, aqui compreendida as atividades práticas, não excederá a 4 (quatro) horas diárias.

Parágrafo único. Na fixação da jornada de trabalho do aprendiz menor de dezoito anos de idade a Administração Pública empregadora levará em conta os direitos assegurados na Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA.

Art. 25. Para realização das atividades teóricas o aprendiz cumprirá a carga horária de 5 horas semanais.

Art. 26. São vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

Art. 27. É proibido aos aprendizes o exercício de trabalho noturno, insalubre ou perigoso.

Seção III

Da Duração do Contrato de Aprendizagem

Art. 28. O contrato de aprendizagem terá o prazo de duração de dois anos, não constituindo condição ou vantagem para o ingresso na carreira de servidor público.

Seção IV

Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Art. 29. Nos contratos de aprendizagem aplicam-se as disposições da Lei nº 8.036 de 11 de maio de 1990.

Parágrafo único. A Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço corresponderá a dois por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao aprendiz.

Seção V

Das Férias

Art. 30. As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no programa de aprendizagem.

Seção VI

Do Vale-transporte

Art. 31. É assegurado ao aprendiz o direito ao benefício da Lei nº 7.418 de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte.

Seção VII

Das Hipóteses de Extinção e Rescisão do Contrato de Aprendizagem

Art. 32. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á nas seguintes hipóteses:

- I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;
- II – falta disciplinar grave;
- III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;
- IV – a pedido do aprendiz.

Parágrafo único. Nos casos de extinção ou rescisão do contrato de aprendizagem, o empregador deverá contratar novo aprendiz, nos termos desta Lei.

Art. 33. Para efeito das hipóteses descritas no artigo anterior, serão observadas as seguintes disposições:

I – o desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz referente às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado mediante laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;

II – a falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses descritas no artigo 482 da CLT; e

III – a ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo será caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino.

TÍTULO III

DA CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES PELAS EMPRESAS PRIVADAS

Art. 34. Esta lei se aplica as empresas privadas do Município de Mangueirinha somente no que se refere ao Programa Social Municipal de Profissionalização de Adolescentes na modalidade de aprendizagem, devendo as empresas privadas para a contratação dos aprendizes observar o disposto na Lei nº 10.097/2001 e Decreto 5.598/2005.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego organizar cadastro nacional das entidades qualificadas e formação técnico-profissional e disciplinar a compatibilidade entre o conteúdo e a duração do programa de aprendizagem, com vistas a garantir a qualidade técnico-profissional.

Art. 36. Ficam revogadas as disposições contidas na Lei nº 1.499/2009 e 1.533/2009.

Art. 37. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná,
aos 14 dias do mês de julho do ano de 2010.

**Albari Guimorvam Fonseca dos Santos
Prefeito Municipal**